

JOSÉ RUBENS MACEDO JR.

À espera de um milagre

Nunca antes na história deste país vivenciou-se um cenário energético tão catastrófico. Sim, a crise energética é real e possui uma amplitude inimaginável para um país com as dimensões do Brasil. Um país de superlativos, com grande abundância de recursos hídricos e inesgotáveis possibilidades energéticas. Como é possível tamanho descompasso?

Vários fatores devem ser sobrepostos para responder a esta questão. Um deles, defendido por alguns especialistas do setor, refere-se à incapacidade dos gestores do sistema elétrico em estimar com boa precisão a oferta e demanda de energia no País. Em outras palavras, sem uma atualização dos modelos de previsão não seria possível conhecer a real capacidade de produção das usinas hidrelétricas, dificultando o correto gerenciamento da vazão dos reservatórios. Ora, então por que esperamos tanto tempo para revisar tais modelos de previsão? Se esse assunto é tão importante, por que o Ministério de Minas e

Energia (MME) prorrogou de 2015 para 2016 a revisão de garantias físicas das hidrelétricas? Sinceramente, esse não parece ser o fator mais relevante para explicação da atual crise energética.

Na verdade, os fatores mais importantes não são técnicos, mas sim políticos, econômicos e ambientais. Os reservatórios da região sudeste, onde se concentram as principais bacias hidrográficas, vêm apresentando níveis praticamente iguais aos registrados em 2001 (ano do racionamento) desde fevereiro de 2014. Em outubro de 2014, a situação dos reservatórios daquela região já era pior do que a registrada no mesmo período de 2001. Então por que não se fez nada? Claro, era ano eleitoral. Afinal, qual governo gostaria de gerenciar uma crise energética em plena campanha pela reeleição? Mas então, por que nada foi feito após a eleição? Foi preciso o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), na tentativa de se evitar um desastre de maiores proporções, solicitar o corte de carga do dia 19 de janeiro para que o assunto finalmente viesse à tona. E mesmo assim a palavra “racionamento” continua proibida no Palácio do Planalto. De fato, em meio a atual crise política e econômica, um racionamento energético poderia ser a gota d’água, literalmente.

Sob o ponto de vista econômico, a redução das tarifas em 2013, em aproximadamente 20%, incentivou o consumo de eletricidade, aumentando conseqüentemente a vazão dos reservatórios (mais energia, mais água). O fato



é que já naquele momento deveríamos estar iniciando ações de racionalização e não de aumento do consumo. Cômicamente, o aumento das tarifas de energia elétrica em 2015, decorrente do maior volume de despacho das usinas térmicas, será agora muito superior aos 20% de redução impetrados pelo governo federal em 2013.

As questões ambientais também são um grande entrave ao suprimento energético nacional. Muitas obras importantes, como a usina hidrelétrica de Belo Monte, assim como outros grandes empreendimentos, encontram-se atrasadas em função de problemas ambientais. É preciso que o governo determine de uma vez por todas o equilíbrio adequado entre as questões ambientais e energéticas. Não é mais aceitável que usinas hidrelétricas com o potencial de Belo Monte sejam concebidas a fio

d'água (sem reservatórios) e que as diferenças de energia necessárias sejam geradas por usinas termelétricas, muito mais prejudiciais ao meio ambiente em função da queima de combustíveis fósseis.

Enfim, a realidade é que os reservatórios da região sudeste estão hoje com 16,68% de sua capacidade (em 2001 estavam com 31,41%). Assim, a menos que as máquinas das usinas hidrelétricas possam gerar energia turbinando lama, nos resta esperar por um milagre vindo dos céus na forma de água, muita água.

*

JOSÉ RUBENS MACEDO JR. É PROFESSOR DA FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E VISITING PROFESSOR AT WORCESTER POLYTECHNIC INSTITUTE (WPI), MASSACHUSETTS, ESTADOS UNIDOS